

# ESTADO DE S. PAULO Governo ainda estuda as alternativas, diz Galvêas

Da sucursal de  
**BRASÍLIA**

O ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, disse ontem que o governo continua estudando alternativas de como fazer o expurgo nos índices de economia — IGP, INPC, ORTN — e que a demora na tomada de uma decisão não significa nenhum recuo. Segundo ele, até o final do mês “tem que sair uma solução”.

Galvêas reiterou que uma das alternativas em estudo sugere a adoção do expurgo por meio de um redutor em um só mês — talvez agora mesmo em junho — que retiraria dos cálculos dos índices os efeitos da retirada dos subsídios do petróleo e do trigo. Depois, seria feito o expurgo por accidentalidade — quebra de safra, enchente, seca, geada — sempre que isso ocorresse.

Ele insistiu que o governo ainda está estudando a questão, e que nenhum estudo foi concluído, considerando que é prematuro noticiar qualquer coisa sobre uma decisão. Todas as alternativas — não quis dizer quais — estão sendo detidamente examinadas pela Fundação Getúlio Vargas (que define o índice da inflação, o IGP) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE (que define o índice de reajuste salarial, o INPC).

Galvêas foi cuidadoso na explicação da adoção do expurgo por accidentalidade. Ele lembrou que essa medida já foi adotada no passado e que agora está dependendo de “chegarmos a uma definição técnica”. Indagado se a demora de uma decisão estaria relacionada com o fato de este mês o governo anunciar o rendimento das cadernetas de poupança no trimestre, o ministro disse apenas

o seguinte: “Não diria nada com relação ao tempo”.

## INDECISÃO

Entre os técnicos governamentais, persiste uma expectativa sobre a medida. Na Fazenda, alguns técnicos são enfáticos em afirmar que o governo não tem condições de adotar o expurgo nos índices porque não tem segurança dos efeitos. Um técnico lembrou uma declaração do secretário-geral da Seplan, Flávio Pecora, na semana passada, que reconhecia ser uma das dificuldades na adoção da medida a de se chegar a uma conclusão sobre a operacionalidade do expurgo e seus efeitos.

Outros técnicos sugerem que o expurgo poderia ocorrer por meio da política fiscal, que pesaria sobre toda a sociedade de modo geral, e não sobre categorias. Segundo eles, o modo de se fazer isso seria, primeiro, aumentando as alíquotas de retenção do Imposto de Renda na fonte, e depois tributando as heranças e doações. Essa última medida, considera o técnico, é bastante difícil de ser adotada, política e mesmo tecnicamente. No entanto, insistiu, a política fiscal ainda seria a forma mais viável de fazer uma desindexação.

A edição de novas medidas constantes da segunda etapa do pacote econômico foi adiada mais uma vez. O porta-voz do Palácio do Planalto, Carlos Átila, informou ao final da tarde de ontem que não pôde ser concluída a minuta dos documentos, e provavelmente isso aconteceria ao longo do dia de hoje. Caso contrário, como o presidente João Figueirido viaja amanhã para Mato Grosso, foi aventada ainda pelo assessor palaciano a hipótese de as novas medidas serem divulgadas apenas na próxima semana.